

A neutralidade da escola

23 JAN 1987

Dom José Freire Falcão

EM recente encontro de Secretários de Educação, realizado em Brasília, advogou-se a supressão do ensino religioso nas escolas do Estado em nome da neutralidade da escola oficial.

Mas, poderia haver uma escola neutra, isto é, indiferente à fé religiosa e às correntes ideológicas? Uma escola que tomasse como modelo a objetividade das ciências físico-naturais?

Na verdade, a escola sempre reflete a cultura de um povo, a ideologia de uma sociedade, a maneira de ver o mundo e a vida de uma gente. Particularmente, a escola oficial professa os interesses do Estado, nem sempre coincidentes com os interesses da Nação e a cultura de seu povo. Longe de ser neutra, a escola estatal é ideológica e comprometida.

Diferentemente da cultura humanista, cuja tônica era uma visão global do mundo, de caráter predominantemente contemplativo, sem a preocupação primeira de agir sobre ele e de submetê-lo ao domínio do homem, é a civilização científico-técnico-industrial. E a escola nessa sociedade retrata sua escala de valores, cujo eixo é a eficiácia técnica e produtiva e cujo objetivo supremo é o bem-estar material e a posse dos bens tangíveis.

Daí que nela a preocupação maior não é formar pessoas humanas, com uma visão global e unitária de si mesmas, das cousas e da história, seguras de sua vocação e missão, mas profissionais, capazes de dominar o mundo material e de produzir sempre mais e eficamente. Seu ideal não é ser mais, ser humanamente, mas ter mais. O objetivo da vida se torna adquirir sempre mais. Pois o status social é aferido pelo número de objetos que se possui. E, por isso, ela procura formar profissionais altamente especializados, que sabem sempre menos sobre o todo e sempre mais sobre uma parcela da realidade. E consequentemente têm um grande domínio material sobre essa realidade.

É inevitável, por isso, que na sociedade industrial e de consumo a escola retrate os interesses da mesma e tudo nela seja orientado para um nível de vida mais elevado materialmente.

Por outro lado, não pode haver absoluta imparcialidade na transmissão dos conhecimentos. Ninguém ensina sem educar, isto é, sem transmitir uma visão da vida, valores e comportamentos. Não importa a matéria que é objeto do ensino.

De fato, ninguém crê hoje na absoluta objetividade da ciência e da técnica. E, portanto, na isenção ideológica de quem é mestre das próprias ciências chamadas objetivas. Pois as pesquisas científicas e as aplicações técnicas são condicionadas pelos interesses da sociedade e do Estado, bem como pelas preocupações pessoais do cientista e do técnico, por sua concepção do homem, da sociedade e do Universo. Elas respondem, num determinado contexto cultural e numa determinada época histórica, à concepção de vida de um povo e à sua cosmovisão ou à ideologia do Estado. E são conduzidas segundo os interesses do povo ou os objetivos discutíveis do Estado. Assim, no mundo contemporâneo, uma parcela significativa da pesquisa científica é orientada para fins bélicos, malgrado a resistência dos povos. Não há estudo científico desinteressado como não há transmissão de ensino absolutamente objetivo.

Isto é mais evidente quando se trata das ciências humanas. Elas particularmente são condicionadas pelas pessoas que as elaboram e pelos interesses da sociedade. As ciências humanas são sempre ideológicas, no sentido de serem desenvolvidas e aplicadas de acordo com a visão de uma determinada sociedade, o modo de vida de um povo e a filosofia de seus autores. Como então pensar numa escola realmente neutra? Impossível. Por que então recusar o ensino religioso quando se aceitam posições ideológicas até mesmo contrárias aos interesses do povo e distantes de seu mundo cultural? É realmente infundado o argumento de que o ensino religioso não deve existir na escola oficial por ser ela, por sua natureza, neutra.

Ademais, a escola não pode ser alheia aos valores culturais de um povo, no qual está inserida e a serviço do qual existe. Ora, um elemento constitutivo da cultura, como ensina Puebla a exemplo de grandes sociólogos, é a "atitude com que um povo afirma ou nega sua vinculação com Deus". No caso brasileiro, não há como negar que a fé cristã é uma dimensão constitutiva da cultura de sua gente. Desconhecer isto no processo educativo é desrespeitar um de seus valores culturais fundamentais.

Sendo assim, o ensino religioso nos educandários oficiais não é um favor do Estado mas um dever de respeito ao direito que tem um povo de ser educado de acordo com suas convicções religiosas e com seus valores culturais.

Dom José Freire Falcão, arcebispo de Brasília, é membro do Secretariado Romano para a União dos Cristãos